

RESENHA

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2006. 1024 p., 13 maps, ISBN 978-0-19-921296-5

*Uiran Gebara da Silva*¹

Esse livro gigantesco tem a mais coerente, verossímil e empiricamente sustentada proposta de quais estruturas sociais se desenvolveram e se reproduziram no Mediterrâneo e na Europa no período da Antiguidade Tardia ou Alta Idade Média (usarei “Antiguidade Tardia” nessa resenha por meu olhar ser mais formado pelos estudos de Antiguidade e Mediterrâneo do que pelos de Idade Média e Europa). Isso não é pouca coisa, porque, por mais incrível que pareça, historiadores desse recorte cronológico – que aos poucos postula o estatuto institucional de período ou *forma* da História, a Antiguidade Tardia – têm fugido sistematicamente de lidar com essa questão.

Algumas das ideias de Chris Wickham foram apresentadas antes, algumas delas foram ensaiadas em um artigo de 1984, “The Other Transition: from the Ancient World to Feudalism”.² No entanto, esse artigo ao ser lido hoje parece fazer parte de um contexto intelectual anterior. O mesmo não acontece com o livro aqui resenhado.

Porém, quando li o artigo, me pareceu que o que incomodava Chris Wickham em 1984 era a mesma coisa que me incomodava em 2005: pouquíssimos historiadores conseguiram lidar com essas questões de forma integradora, isto é, de forma a avaliar o quanto as pesquisas mais específicas e localizadas que vêm sendo feitas desde os anos 1970 mudaram o panorama do que se sabia sobre as relações de produção do conjunto de sociedades no Mediterrâneo e na Europa da Antiguidade Tardia. É claro que uma resposta simples a tal angústia é que ela é um problema exclusivo de historiadores econômicos e que tal perspectiva integradora só importa a cientistas sociais orientados pela perspectiva do materialismo histórico, ou marxismo. Uma resposta justa e injusta ao mesmo tempo; justa, pois de fato tal preocupação tende a ser ou do especialista, ou dos marxistas; injusta, pois o que é apresentado no livro de Wickham pode talvez nos

¹ Doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Membro do Laboratório de Estudos do Império Romano – Mediterrâneo Antigo. Bolsista Fapesp.

² Wickham, Chris. The Other Transition: from the Ancient World to Feudalism. In: *Past and Present*, 1984, vol. 103, n. 1, p. 3-36.

permitir transcender os recorrentes debates sobre continuidade, ruptura, etc. no recorte 300-800.

O livro se divide em 4 partes, cada uma sendo composta de 3 ou 4 capítulos e, por fim, uma conclusão. Na primeira parte, “States”, o autor faz uma síntese da narrativa política de cada uma das regiões que ele estabeleceu como unidades de análise comparativa, apresentando também alguns debates mais gerais no interior das respectivas historiografias: Norte da África (Tunísia, Marrocos e Líbia), Egito, Palestina e Síria, Bizâncio e Egeu, Itália, Península Ibérica, Gália (diferenciando o sul do norte), Inglaterra e Gales, Irlanda e, por fim, Dinamarca. Essa seção é muito importante por demonstrar o processo de construção das unidades da pesquisa comparada apresentada teoricamente na Introdução do livro e por justificar, a partir de cada uma das tradições historiográficas, a circunscrição temporal e espacial dos recortes. Depois, no segundo capítulo, o autor tenta delinear uma história comparada das formas do Estado nas diferentes regiões, que tem o processo de arrecadação de recursos como um dos seus polos centrais (principalmente o baseado na cobrança sistemática de impostos, que, embora exija muito esforço organizacional por parte das classes dominantes, tende a criar uma estável e grande acumulação autônoma de riquezas). Ao fim dessa parte, Wickham apresenta uma comparação de diferentes estruturas estatais enumeradas em grau decrescente de poder: algumas fortes como Império Romano, Califado Árabe, Bizâncio; outras mais fracas, como o Reino Franco, o Reino Vândalo, Reino Visigodo, o Reino Ostrogodo na Itália; e outras protoestatais, como no caso dos reinos anglo-saxões, Gales, Irlanda, Dinamarca, e dos reinos berberes da Mauritânia pós-romana. A base para essa classificação é a relação entre estruturas estatais e sua capacidade de estimular o comércio inter-regional, isto é, para Wickham, o debate arqueológico sobre o comércio nessas regiões – analisado meticulosamente no último capítulo do livro – deve ser observado da perspectiva da demanda tanto estatal quanto privada, e que é principalmente a ausência de uma demanda estatal como a do Império Romano, um estado inter-regional, que explica a diminuição do comércio em larga escala (que ele diferencia do comércio de luxo) após os séculos IV e V.

Na segunda parte, “Aristocratic power-structures”, o autor faz uma comparação do que ele chama de aristocracias, isto é, o que ele considera as classes dominantes das sociedades analisadas. O que Wickham apresenta nos três capítulos que compõem essa parte é o processo de enfraquecimento do poder aristocrático em quase todas as regiões, incluindo as que mantiveram uma estrutura estatal forte. E com o enfraquecimento

dessas aristocracias, que acompanha o enfraquecimento das estruturas de taxação e da capacidade de acumulação de riquezas dessas aristocracias, ocorre o enfraquecimento de sua demanda por comércio em larga escala e conseqüentemente do comércio inter-regional, claramente demonstrado arqueologicamente. A grande e significativa exceção é a aristocracia Franca, um caso especial de aristocracia bem-sucedida que manteve certa intensidade de exploração do campesinato, mas mesmo assim, não conseguiu manter um estado comparativamente forte. Isso é discutido tanto do ponto de vista do conjunto de critérios de análise que permitem definir comparativamente a aristocracia (poder militar, capacidade de apropriação de riquezas produzidas por trabalho alheio, distinção social, etc.), que resulta em uma avaliação polêmica das aristocracias e das sociedades da Europa do norte (Inglaterra, Irlanda, Gales e Dinamarca como sendo mais tribais do que estatais), quanto do ponto de vista dos diferentes modos de produção nessas regiões, cuja relação os últimos 40 anos de estudos têm demonstrado ser muito mais de coexistência do que de seqüência de estruturas homogêneas. Especialmente a respeito desse ponto, Wickham realiza uma discussão cuidadosa que tenta entender a historicidade dessas relações de produção, em suas múltiplas influências recíprocas, e evita o cenário de uma vida agrária homogênea na longa duração do mundo greco-romano que se encontra, ocasionalmente, em Finley ou Whittaker, por exemplo. No centro dessa discussão está o tipo e o grau de controle sobre os trabalhadores rurais do qual as aristocracias seriam capazes, fruto de uma reconceptualização de Wickham das noções marxistas de modos de produção e solidamente embasada na análise empírica. O uso (infeliz pela sua especificidade política, legal e cultural) do termo feudalismo não deve impedir o leitor de reconhecer a relação social genérica que Wickham busca substanciar: a do controle direto da terra e do trabalhador, só abaixo da escravidão agrária, e do assalariamento em termos de controle dos meios de produção, uma relação bem diferente da de arrendamento ou de simples cobrança de impostos.

Na terceira parte, “Peasantries”, são exatamente essas categorias distintas de controle das relações de trabalho que permitem uma organização do material arqueológico e textual disponível para a Antiguidade Tardia, de forma a apresentar um desenho do que aconteceu no mundo rural do Mediterrâneo e da Europa desse período. Segundo Wickham, a partir do século V ou VI, mais e mais zonas de *relativa* autonomia camponesa aparecem nessas regiões, até o século VIII, como contraparte do enfraquecimento dos estados e aristocracias locais e com o desaparecimento de um estado inter-regional. Chris Wickham propõe que tais zonas com baixa (às vezes nula)

incidência de taxaço e com baixa (idem) capacidade de exploraço aristocrática poderiam configurar um modo de produço camponês, caracterizado pelo pleno controle da terra e do trabalho pelo camponês rural e pelo processo de formaço de comunidades políticas a partir de vilas ou mesmo de assentamentos rurais dispersos, mas que desenvolveram instituições integradoras, como assembleias. Essa talvez seja a proposta mais instigante do livro todo.

Na última parte, “Networks”, Wickham primeiro faz uma revisão meticolosa dos debates sobre “o fim da cidade antiga”, cujo maior mérito é usar o reconhecimento da variaço dos termos do debate, tanto entre diferentes tradiço historiográficas nacionais na Europa, quanto entre medievalistas e antiquistas, para usar o máximo possível da documentação material e textual como suporte para a descriço de um cenário urbano e arquitetônico cuja principal característica é a da variedade regional. E baseado no reconhecimento dessa variedade e das múltiplas linhas de desenvolvimento dos assentamentos concentrados, Wickham defende que seria melhor justificar a mudança no uso da pedra e do mármore para a madeira, contra a visão de decadência do urbanismo, como um processo de diferenciaço cultural e de gosto nas elites, não mais pautadas pelos critérios romanos. Por fim, Wickham faz, no capítulo final, mas por ele chamado de “*core of the book*”, uma síntese comparativa da literatura científica sobre a cultura material geralmente associada ao comércio em larga escala (principalmente a cerâmica, que implica vinho e azeite, mas também são tratados a numismática, uso de metais e objetos feitos de outros materiais) de cada uma das regiões. Esse capítulo final pode, de fato, ser considerado o núcleo duro do livro, uma vez que ele é em boa parte a base de sustentação empírica de algumas das observações de Wickham que aparecem em outros capítulos, como, por exemplo, as sobre o comércio em larga escala (que Wickham cuidadosamente diferencia do comércio de luxo, pouco representativo dessas dimensões) e sua relação com a demanda aristocrática e estatal. Em concordância com suas afirmaço sobre cidades, aqui, Wickham defende que as conclusões sobre o processo de regionalizaço ou localizaço do comércio e de simplificaço (ou mesmo desaparecimento de sistemas de especializaço em algumas regiões) da produço artesanal que o material arqueológico permite delinear não devem ser entendidas em termos de estágios de desenvolvimento geral das sociedades, mas como aspectos daquela mudança no equilíbrio de forças entre aristocracias e camponeses. Isto é, com a menor capacidade de exploraço dos camponeses pelas aristocracias, menor se torna sua

capacidade de concentração de riquezas e de demanda de produtos artesanais em larga escala.

Em 1984, Chris Wickham propôs que se pensasse as relações de produção no Império Romano de forma composta, mesmo que se reconhecesse uma dominante, fosse a escravidão, fosse o que ele chamou de modo tributário, fosse o feudalismo. Os resultados aos quais chegou em *Framing the Early Middle Ages* são similares, mas, em verdade, radicalmente diferentes. Pois enquanto antes Wickham via um longo processo de transição paulatina, de uma situação dual do modo tributário e escravista para o modo feudal, agora o autor apresenta uma descrição que tenta lidar com as trajetórias variadas das diferentes sociedades, valorizando ao mesmo tempo o núcleo conflitivo das relações de classe e o Estado como um dos palcos de realização desse conflito, mas não o único. Em resumo, primeiro Wickham abandona o conceito de modo tributário, ao mesmo tempo em que afirma que diferentes formações sociais históricas, com diferentes organizações políticas, podem compartilhar os mesmos modos de produção; segundo, demonstra a impossibilidade de sustentar empiricamente no mundo rural da Antiguidade Tardia o predomínio tanto das relações de controle direto do campesinato pelas aristocracias, como no Feudalismo francês, quanto o tipo de expropriação via cobrança de impostos, como a do Império Romano; terceiro, refuta que o feudalismo europeu seja um desenvolvimento do mundo da Antiguidade Tardia (p.ex., do colonato): para o autor, ele é resultado do mundo carolíngio; quarto, Wickham torna substancial a compreensão das sociedades camponesas, mais ou menos livres, que só sugerira no artigo de 1984, finalmente preenchendo de maneira convincente uma lacuna da investigação sobre a Antiguidade Tardia.

Isso só é possível porque Wickham delinea um processo de diversificação dos processos (e das narrativas) sociais no Mediterrâneo e Europa de 300-800. Em lugar de afirmar uma linha direta de desenvolvimento entre o Império Romano e a Europa (o que se fazia antes), ou de unicamente desconectar a história *no* Mediterrâneo romano da História *da* Europa medieval (a tentação dos pós-modernos), Wickham olha para o fim do Estado inter-regional romano como um *big-bang*, um processo catalisador das várias linhas de desenvolvimento histórico que aparecem nas regiões das quais trata em seu livro.